

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento
Regional – MIDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura****ANEXO VIII - DEFINIÇÃO DOS PONTOS FLEXÍVEIS PARA INOVAÇÃO
METODOLÓGICA/TECNOLÓGICA
PERTINENTES AO PROJETO DE ENGENHARIA**

Em atendimento ao Art. 42, § 1º, inciso I, alínea c, Lei 13.303/2016, faz-se necessária definição de frações do Projeto de Engenharia que permitem ou não inovação tecnológica e/ou metodológica, de acordo com as condições e disposições abaixo.

1. CONDIÇÕES GERAIS PARA INOVAÇÕES

As frações/serviços em que há liberdade de que a contratada inove em soluções são obrigações de resultado e deverão ser aprovadas previamente pela Codevasf para que a alteração proposta seja efetivada e posteriormente detalhada em projeto executivo, assim atendendo ao disposto na Lei 13.303/2016 (Art. 42, inciso X, alínea b).

As inovações/alterações propostas somente poderão ocorrer caso seja garantida a qualidade dos serviços nos termos definidos pela contratante, pelas normas e legislação vigente, bem como todas as normas de segurança do trabalho. As alterações propostas pela contratada não deverão gerar quaisquer prejuízos ao cumprimento do cronograma da obra.

Ademais, ressalta-se que qualquer modificação deverá ser apresentada previamente à Fiscalização e só poderá ser realizada em caso de aprovação expressa por parte da Contratante, em decisão discricionária fundamentada, desde que estejam em acordo com a Lei 13.303/2016 e atendam aos parâmetros de projeto, manutenção e operação definidos no Projeto de Engenharia.

2. DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Considerando o disposto na Lei 13.303/2016 (Art. 42, inciso X, alínea b), são permitidas para o objeto em tela:

Pontos passíveis de inovação		
Item	Descrição	Observações Gerais
1	Serviços de pavimentação	Poderão ser adotadas metodologias de execução das camadas de pavimentação diferentes das descritas em projeto caso se prove sua vantajosidade.
2	Serviços de drenagem	Poderão ser adotados diferente concepção de drenagem caso se prove sua vantajosidade.

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento
Regional – MIDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

3	Infraestrutura	Poderá ser adotada diferente solução em infra-estrutura caso seja comprovada sua vantajosidade.
4	Mesoestrutura	Poderá ser adotada diferente solução em infra-estrutura caso seja comprovada sua vantajosidade.
5	Superestrutura	Poderá ser adotada diferente solução em infra-estrutura caso seja comprovada sua vantajosidade.

3. DAS INOVAÇÕES METODOLÓGICAS

Quanto a metodologia executiva, dispõe-se ainda que não há objeção em como a contratada executará os serviços da obra, desde que sejam atendidos todos os dispositivos legais, ambientais e trabalhistas, conforme as condições e os termos estabelecidos em normativo específico bem como as disposições do Edital e seus anexos. O objetivo é a completa execução do objeto contratado, de modo que o mesmo atenda aos critérios de projeto e de funcionalidade pretendida.

Desse modo, em todas as unidades construtivas, a empresa contratada poderá manter ou reformular a metodologia executiva em relação à adotada em projeto, orçamento e especificações, utilizando diferentes composições de serviço para a execução da obra. Em caráter exemplificativo de “como fazer”, a empresa poderá adotar diferentes equipamentos/métodos para escavação e reaterro de valas, diferentes metodologias para escoramentos de valas e de estruturas de concreto, fôrmas para execução de estruturas, alterar os procedimentos para transporte de material, rebaixamento de lençol freático, logística da obra e de canteiro, dentre outros serviços que se fizerem necessários para completa execução do objeto contratado.

Frisa-se que devem ser observadas as condições gerais (item 1), destacando a aprovação prévia e expressa da Fiscalização e/ou área técnica responsável da Codevasf, a depender do caso.

4. DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO

Em tempo, abaixo restam dispostos itens de serviços que constituem obrigação de meio, em que não haverá liberdade da contratada para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no projeto apresentado pela Codevasf, conforme dispõe o Art. 42, inciso X, alínea “c”, Lei 13.303/2016.

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento
Regional – MIDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

Item	Descrição	Observações Gerais
1	Serviços de supressão vegetal e outros relacionados nas licenças ambientais.	Deverão ser seguidas as condicionantes dispostas nas licenças ambientais do empreendimento, buscando sempre minimizar os impactos ambientais.
2	Serviços de sinalização e segurança	A padronização é essencial para assegurar que os procedimentos de segurança sejam seguidos com precisão e uniformidade, minimizando assim os riscos associados a esses serviços a fim de garantir a integridade dos trabalhadores e a eficiência das operações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a definição dos pontos flexíveis para inovação metodológica e tecnológica pertinentes ao projeto de engenharia, em conformidade com a Lei 13.303/2016, estabelece um equilíbrio crucial entre a busca por melhorias nas soluções técnicas e a garantia da qualidade, segurança e cumprimento dos prazos na execução das obras. As condições gerais para inovações estabelecem um processo claro de aprovação e fiscalização das alterações propostas, priorizando a conformidade com as normas vigentes e o cronograma estabelecido.

As inovações tecnológicas e metodológicas são permitidas em áreas específicas, promovendo uma abordagem mais flexível na busca por eficiência e economia.

Por outro lado, as obrigações de meio garantem que determinados aspectos críticos do projeto sigam estritamente as diretrizes pré-definidas, especialmente no que diz respeito ao impacto ambiental e à qualidade dos materiais utilizados.

Este documento visa, assim, promover a inovação responsável e eficaz, assegurando que a execução do projeto de engenharia atenda aos padrões técnicos e legais estabelecidos.